

## POLÍCIA FEDERAL

### Administração de afastamentos do País

#### OBJETIVO

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais visa descrever os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

**Referência:** Art. 5º, XVII da Lei 13.709/2018 (LGPD).

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

##### Controlador

Polícia Federal

##### Operador

Polícia Federal

##### Encarregado

PCF Daniel Russo

##### E-mail Encarregado

[cgge@pf.gov.br](mailto:cgge@pf.gov.br)

##### Telefone Encarregado

(61) 2024-7632

#### FINALIDADE DO TRATAMENTO

Identificar o afastamento do País de servidores, colaboradores eventuais e servidores mobilizados do Ministério da Segurança Pública e de suas unidades vinculadas.

Os resultados pretendidos para o titular de dados são: Identificar o afastamento do País de servidores, colaboradores eventuais e servidores mobilizados do Ministério da Segurança Pública e de suas unidades vinculadas.

Os benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo são: Aprimoramento do quadro de pessoal da organização, além do cumprimento das atividades fins do órgão.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A hipótese legal para tratamento de dados pessoais é o art. 4º, inciso III, alíneas a) e d) da LGPD.

A necessidade do tratamento de dados desse processo é respaldada pela previsão legal constante no Artigo 144, §1º da Constituição Federal, Código de Processo Penal, Lei nº. 12.850/2013, Lei nº. 12.830/2013.